

O PETROLEIRO

JORNAL DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS

EDIÇÃO XVIII - 11 DE MAIO DE 2018

MINAS VAI À GREVE CONTRA PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRÁS

Trabalhadore da Petrobrás em Minas Gerais aprovaram quase por unanimidade a greve contra as privatizações no Sistema Petrobrás. Já foram realizadas assembleias na Regap, Termelétrica Aureliano Chaves, Transpetro e Usina de Biodiesel Darcy Ribeiro e, em todas as bases, a mobilização em defesa da empresa foi aprovada. Ainda nesta sexta-feira (11), acontecem assembleias na Termelétrica de Juiz de Fora.

Entre as mais recentes privatizações anunciadas pela Petrobrás estão as Fábricas de Fertilizantes (Fafen's) e as refinarias das regiões Nordeste e Sul - o que aponta claramente a intenção da atual gestão da companhia de fazer com que a estatal deixe de ser uma empresa integrada de energia para focar apenas na exploração e venda de petróleo bruto.

No entanto, a categoria petroleira se mostrou disposta a lutar para que a Petrobrás volte a ser uma empresa voltada para o desenvolvimento nacional - investindo em inovação e pesquisa, atuando em toda a cadeia do petróleo, induzindo a geração de empregos e buscando a soberania energética do Brasil.

A greve contra a venda de ativos também foi aprovada quase unanimemente nas demais bases da FUP no País



Assembleia na portaria da Regap, em Minas Gerais

- o que possibilita que a categoria petroleira construa uma grande mobilização em defesa da empresa. A data ainda será definida pela FUP.

OUTRAS PAUTAS

Também nas assembleias realizadas em Minas, os trabalhadores aprovou a publicação de um manifesto da categoria petroleira em defesa da democracia, da soberania e contra a

prisão do ex-presidente Lula e também um desconto assistencial (no valor de 1% sobre o salário líquido durante três meses, sendo 0,5% para a FUP e 0,5% para o Sindipetro/MG).

Orientação sobre acesso a Imposto de Renda pela Petrobrás

O **Sindipetro/MG** orienta que os petroleiros não cliquem no Botão Compartilhado para dar à Petrobrás acesso à sua declaração anual de Imposto de Renda. O Sindicato, juntamente com seu departamento jurídico, está analisando o caso para dar uma posição aos trabalhadores sobre essa nova exigência da empresa.



Assembleia com trabalhadores da Usina de Biodiesel Darcy Ribeiro, em Montes Claros



EDITORIAL

Nossa greve será política

Após longos debates em assembleias com trabalhadores de bases petroleiras de Betim, Ibitiré, Juiz de Fora e Montes Claros, ficou clara a revolta da categoria frente aos anúncios de privatização da Petrobrás. A aprovação retumbante de uma greve nacional contra os desmandos da gestão Temer/Parente, acompanhada pelas demais bases da FUP, mostra a inegável disposição de trabalhadoras e trabalhadores para lutar pelos seus empregos e direitos.

Apesar da ânsia da categoria por agir e responder a esses ataques, não foram poucas as situações em que a questão do método foi trazida ao debate. Afinal, temos que lutar - mas, como? Como deverá ser nossa greve? Qual deve ser o mote da greve? Nossa greve será política?

Diante da apreensão quanto à eficácia da nossa mobilização - seja quanto à capacidade de unificação da categoria, seja quanto ao diálogo com a sociedade - muitos foram enfáticos: "não podemos misturar greve com política!". Mas, será que isso é possível?

A partir do momento que um trabalhador resolve se unir a outros para lutar por uma bandeira coletiva, esse se apresenta ao mundo como um sujeito político. Mesmo quando as mobilizações dos trabalhadores, ao longo da história, estiveram centradas em pautas econômicas e corporativas, essas ações coletivas contribuíram para expor um contexto de desigualdade, assim como questionar a legitimidade do status quo. Como diria o velho e bicentenário Marx: é a luta de classes, estúpido!

Assim fizeram os metalúrgicos de Contagem (1968) e do ABC paulista (1978/79), que realizaram greves históricas por reajuste salarial em plena ditadura, o que expôs uma política de arrocho salarial do governo militar, assim como contribuiu para um processo de declínio do regime e de reabertura democrática. Assim também fizeram diversas categorias de trabalhadores de estatais (inclusive petroleiros) e servidores públicos, em 1983, em uma greve conjunta pela estabilidade. Com seus empregos sob risco diante dos acordos com o FMI, o movimento denunciava a subserviência do governo ao capital internacional.

Assim fizemos nós, em 1995: impulsionados pela quebra de um acordo coletivo pelo governo FHC, enfrentamos o poder judiciário, a grande mídia e até tanques do exército por uma greve que já extrapolava nossas pautas corporativas. Em 1995, assim como em 2013 e 2015, a greve dos petroleiros impulsionou um debate político nacional sobre a importância de uma Petrobrás estatal, a serviço do povo brasileiro e de um projeto soberano para o nosso país.

É evidente que, como em outros momentos da história, o mote da nossa mobilização deve estar centrado naquilo que nos unifica como categoria: a luta contra a privatização da Petrobrás. Mas nossos movimentos não são nada mais que respostas a um contexto histórico, social e político específico. Num bom português: nossa greve será, nesse momento, um ato de resistência ao golpe.

Portanto, queiramos ou não, nossa greve será política. Incomodaremos setores poderosos, que a tratarão como política, assim como receberemos a solidariedade de outros, justamente por também a tratarem como política. Se conquistar o que queremos passa por mudar esse país, é bom que nossa luta seja sempre política!

Sindipetro/MG auxilia aposentados no recadastramento da AMS

Está aberto até o dia 20 de maio o recadastramento da AMS para aposentados e pensionistas. O processo é feito por meio do Botão Compartilhado e deverão ser recadastrados, além do titular, todos os seus dependentes inscritos na AMS.

Caso algum associado tenha tido dúvidas ou dificuldades para realizar o recadastramento, o Sindipetro/MG oferece atendimento em sua sede (avenida Barbacena, 242, Barro Preto - Belo Horizonte) de terça à sexta-feira, de 13h às 17h30. Qualquer dúvida é só entrar em contato pelo número: (31) 2515 5555.



GIRO PELAS CATEGORIAS

Professores da rede privada encerram greve

Os professores da rede privada de ensino de Minas Gerais encerraram a greve no último dia 4, depois de dez dias de paralisação. A categoria conquistou o reajuste salarial pelo INPC, 1,56%, e a homologação de rescisão dentro da Convenção Coletiva de Trabalho. Também garantiram a manutenção de direitos históricos conquistados.

Essa foi considerada uma das maiores greves do setor privado de educação desde a década de 1990 e teve uma característica muito positiva de englobar estudantes e pais/mães no apoio da categoria de professores.

CALENDÁRIO 2018

MAIO

17: Dia Mundial de Combate à LGBTFobia;

31: Início do 3º Acampamento Estadual do Levante Popular da Juventude MG;

JUNHO

9 e 10: Congresso do Povo, etapa Minas Gerais;



VOZ DA BASE

*A coluna *Voz da Base* foi criada pelo **Sindipetro/MG** para receber reclamações, denúncias, sugestões e elogios da categoria petroleira de Minas Gerais relacionados à rotina de trabalho. As contribuições devem ser enviadas para o e-mail imprensa@sindipetromg.org.br ou passadas a um dos diretores do Sindicato.

O **Sindipetro/MG** recebeu reclamações acerca da capacitação dada pela Regap aos trabalhadores transferidos de outras unidades. Segundo denúncia de operadores da refinaria, a empresa reduziu drasticamente a qualidade dos treinamentos e o tempo dedicado à formação dos operadores - o que coloca a categoria e operação da unidade em risco.

Além disso, o Sindicato também recebeu informações de que as gerências da refinaria estaria solicitando os petroleiros a realizarem dois ou mais módulos de treinamentos em um único dia. Dessa forma, há casos de operadores que ficam até seis horas realizando treinamentos, deixando a área descoberta e sobrecarregando colegas de trabalho.

Também há relatos de mais de um trabalhador do mesmo setor sendo liberado para a realização de treinamento ao mesmo tempo, elevando ainda mais o risco de acidentes por falta de pessoal.

O **Sindipetro/MG** vai procurar a gerência para discutir as denúncias e orienta que os operadores a usarem o direito de recusa previsto do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para se negarem a realizar quaisquer atividades que coloquem em risco a sua segurança ou a de colegas. Já aqueles que, porventura, se sintam assediados ou pressionados pela empresa podem entrar em contato com a diretoria do Sindicato para denunciar os casos. A entidade se compromete a não expor individualmente nenhum trabalhador.

FUP cobra pagamento da PLR como manda acordo

Em reunião no dia 3 de maio, a FUP cobrou da Petrobrás o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) referente a 2017 - ano em que a empresa não teve lucro mas todas as metas foram alcançadas, o que garante aos trabalhadores a PLR, conforme acordo assinado com os sindicatos.

Nessa reunião, a gerência de RH da empresa informou que o pagamento não será de metade de uma remuneração, como prevê a metodologia de cálculo da PLR negociada com a FUP em 2014 e pactuada em Acordo, mas sim a metade da RMNR acrescida do ATS. Além disso, a companhia informou durante a reunião que não pagará PLR aos empregados da Araucária Nitrogenados, no Paraná.

Diante do posicionamento da empresa, o coordenador da FUP, José Maria Rangel, cobrou o cumprimento do previsto em Acordo, reafirmando

que o pagamento deve ser com base no que foi pactuado com as representações sindicais.

Ele lembrou ainda que o item 3 do Acordo de Regramento da Participação nos Lucros e Resultados estabelece os "critérios para definição do montante da PLR" e deixa claro que: "O valor a ser pago individualmente da PLR, caso a empresa não tenha lucro e todas as metas sejam alcançadas, será de metade da remuneração do empregado, acrescido de metade do menor valor pago da PLR no exercício anterior.

José Maria também exigiu que todos os trabalhadores do Sistema recebam a PLR. "Nós solicitamos um posicionamento da companhia, deixando claro que todas as empresas têm que receber e que o pagamento seja conforme previsto em nosso Acordo Coletivo".

Sindipetro/MG participa de debate sobre privatização do setor elétrico



Seminário sobre privatização da Eletrobras na Assembleia Legislativa de Minas. Fotos: Willian Dias (ALMG)

A privatização da Eletrobras foi tema de um seminário realizado na última segunda-feira (7) pela Comissão Especial da Câmara de Deputados na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). O evento contou com a participação dos diretores do **Sindipetro/MG**.

Parlamentares e representantes do setor destacaram que a venda da empresa - uma das cinco maiores geradoras hidrelétricas do mundo em capacidade instalada - é uma ameaça à soberania nacional e à segurança energética do País.

Além disso, destacaram que a privatização está sendo feita por um preço muito menor que seu patrimônio, em um negócio que pode encarecer muito a conta de energia elétrica do povo - exatamente como tem acontecido na venda de ativos da Petrobrás e o preço dos combustíveis no Brasil.

O secretário-geral da CUT-MG, Jairo Nogueira Filho, destacou, ainda, que a privatização da Eletrobras tornaria quase certa a venda da Cemig e de todo o sistema elétrico.



(31) 98417-5352

Cadastre esse número em sua agenda e mande uma mensagem com seu nome e unidade em que trabalha para receber as novidades do Sindipetro/MG no WhatsApp.



SINDIPETRO/MG ALERTA SOBRE A DESADESÃO AO CONVÊNIO INSS/PETROS

Em razão das contribuições extraordinárias relativas ao plano de equacionamento do Plano Petros 1, alguns aposentados estariam deixando o convênio INSS/Petros. Segundo informações obtidas pelo **Sindipetro/MG**, pelo menos 50 pessoas já teriam encerrado o convênio só em Minas.

Isso porque, em razão do valor dos descontos, os aposentados não mais teriam margem consignável para obtenção de empréstimos junto à Petros.

No entanto, o Sindicato alerta que, ao deixar o convênio INSS/Petros, o aposentado deixa de receber o adiantamento da aposentadoria no dia 10 e também não tem mais o desconto da AMS em folha - o pagamento passa a ser feito via boleto.

Se o beneficiário não tiver seu



cadastro atualizado junto à Petros/AMS, ele corre o risco de não receber o boleto em casa e, se deixar de pagar a AMS por 60 dias, ele e seus beneficiários terão o plano suspenso e, após 90 dias, perderão o direito à assistência de saúde de forma definitiva.

Por isso, o Sindipetro/MG orienta que os aposentados não deixem o convênio INSS/Petros ou, se o deixarem, que se certifiquem de que seu cadastro junto à Petros e AMS estão atualizados.

GT da Petros cobra suspensão do equacionamento do PP-1 junto à Previc

O Grupo de Trabalho da Petros, integrado por membros dos sindicatos representantes da categoria petroleira e da Petrobrás, está buscando junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) a suspensão dos descontos do equacionamento do Plano Petros 1 (PP-1).

Segundo o diretor da FUP e representante dos trabalhadores no Conselho Deliberativo da Petros, Paulo César Martin, a proposta é que as cobranças sejam suspensas para que o grupo analise alternativas ao plano de equacionamento em vigor.

"Discutimos com o órgão regulador a possibilidade da suspensão do equacionamento para que o Grupo de Trabalho pudesse realizar as suas discussões

com mais tranquilidade. Os representantes da Previc ficaram de analisar e dar uma resposta posteriormente", disse Martin.

O dirigente sindical informou ainda que levou à Previc a realidade enfrentada pelos participantes. "Dissemos claramente aos membros da Previc que não era possível a continuidade desse equacionamento. As pessoas estão com imensas dificuldades para fazer esses descontos, está desorganizando as finanças de milhares de participantes e assistidos do plano Petros".

Martin também argumentou que o atual desconto, que está sendo feito pelo valor máximo do déficit, não resolve o problema do plano, "que já acumula novo déficit", além de penalizar os participantes.

Notas Curtas

Desmonte nos Correios

Os Correios divulgaram pretendem fechar 513 agências de atendimento em todo o país, com demissão de até 5,3 mil funcionários.

De acordo com a estatal, a empresa vem realizando estudos de readequação da rede de atendimento, o que inclui não apenas a sua rede física como também novos canais digitais e outras formas de autosserviços.

Pobre cada vez mais pobre

Em um cenário de taxas recordes de desemprego e volta da fome e da miséria no país, o governo golpista de Michel Temer (MDB-SP), em 10 meses, cortou quase um milhão de famílias do Programa Bolsa Família. As famílias recebiam uma média de R\$ 177,71 por mês. Em abril, 312 mil famílias perderam o benefício; entre junho e julho do ano passado, mais 543 mil foram cortadas do programa, totalizando 935 mil famílias desprotegidas contra a fome e condenadas à miséria e à pobreza.

Coronelismo na República de Curitiba

Uma pesquisa feita na Universidade Federal do Paraná (UFPR) por quatro sociólogos, intitulada "Prosopografia familiar da 'Operação Lava Jato' e do ministério Temer", descreveu a genealogia e as relações de 16 pessoas participantes da Operação Lava Jato, como os procuradores Carlos Fernando dos Santos Lima e Deltan Dallagnol, chefe da força-tarefa, e o juiz Sérgio Moro. As conclusões da pesquisa foram de que a classe dominante do Paraná tradicional é uma grande estrutura de parentesco, quase sempre com as mesmas famílias da elite estatal ocupando simultaneamente os poderes executivo, legislativo e judiciário.
